

O “TERRORISMO ISLÂMICO” SOB A ÓTICA DO CONSTRUTIVISMO E DO PÓS-COLONIALISMO

The “Islamic Terrorism” from the standpoint of the Constructivism and the Post-colonialism

Luiza Bizzo Affonso¹

Matheus Moraes Alves Marreiro²

¹Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** luiza_bizzo@hotmail.com. **ORCID:** [0000-0002-0856-6354](https://orcid.org/0000-0002-0856-6354)

²Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** mathmarreiro@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4508-5285>.

Recebido em: 11 fev. 2019 | Aceito em: 10 dez. 2019

RESUMO

Este artigo introduz duas perspectivas críticas no debate sobre o terrorismo, buscando apresentar algumas críticas acerca da categoria, definida na literatura como o novo “terrorismo islâmico”. Portanto, o objetivo desse artigo é aplicar a teoria construtivista crítica e o pós-colonialismo relacionadas a categoria do “terrorismo islâmico”, buscando repensar algumas premissas estabelecidas pela literatura tradicional. Para tal, busca-se investigar, em um primeiro momento, as diferenciações entre um terrorismo tradicional e o novo terrorismo pautado na religião. Posteriormente, será analisado o “terrorismo islâmico” a partir das duas teorias propostas.

Palavras-chave: Terrorismo Islâmico; Construtivismo; Pós-colonialismo.

ABSTRACT

This article introduces two critical perspectives in the debate on terrorism, seeking to present some criticism about the category defined in the literature as the new “Islamic terrorism”. Therefore, the goal of the article is to apply the critical constructivism and the post-colonial theory related to the “Islamic terrorism” category, seeking rethink some premises established by the traditional literature. For this, it seeks to investigate, in the first moment, the differentiations between an old terrorism and the new terrorism, which is based on the religion. Subsequently, “Islamic terrorism” will be analyzed by the two proposed theories.

Keywords: Islamic Terrorism; Constructivism; Post-Colonialism.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central desse artigo é analisar a categoria chamada de “terrorismo islâmico” a partir de duas importantes correntes teóricas: o construtivismo e o pós-colonialismo. Desse modo, busca-se compreender quais são as contribuições dessas correntes críticas para o estudo do terrorismo, em particular, ao novo terrorismo religioso do século XXI.

Esse trabalho está dividido em cinco sessões. A primeira delas será apresentada uma breve introdução. Em seguida, busca-se tenta entender o que é o terrorismo e quais são as diferenças entre um terrorismo tradicional e um novo terrorismo. Na terceira e quarta sessão serão apresentadas as teorias construtivista e pós-colonial e algumas reflexões sobre o “terrorismo islâmico”. Por fim, segue-se para as conclusões.

A metodologia utilizada nesse trabalho será uma revisão bibliográfica dos principais artigos e livros de autores teóricos do terrorismo, assim como de acadêmicos das correntes teóricas analisadas, destacando Nicholas Onuf e Edward Said.

Após o fim da Guerra Fria houve uma expansão na agenda dos estudos de Segurança Internacional, surgindo novos temas decorrentes de ameaças não estatais à existência do Estado. Barry Buzan e Lene Hasen (2009) acreditam que houve uma evolução nos estudos de segurança

internacional, onde os acadêmicos deixaram de pensar a segurança apenas do ponto de vista da defesa ou da guerra. Com isso, a agenda dos estudos de segurança passou a englobar não apenas as questões militares, mas também questões dos setores político, econômico, societal e ambiental.

Dentro desse contexto que Lapid (1989) chama de Terceiro Debate das Relações Internacionais, outras teorias não tradicionais começam a ganhar mais espaço no debate acadêmico, como é o caso das teorias pós-positivistas³.

A maioria dessas teorias começaram a ser desenvolvidas na década de 80, ganhando maior expressão acadêmica na década de 90. Em grande medida, as teorias pós-positivistas não concordavam com as teorias tradicionais, principalmente com o neorrealismo. Para essas novas abordagens de perspectiva crítica, as teorias tradicionais apresentavam limitações na explicação das relações internacionais, pois adotavam uma certa imutabilidade do Sistema Internacional e consideravam o Estado como ator central (Nogueira e Messari 2005).

As teorias construtivistas e pós-coloniais também surgiram nesse ambiente intelectual de crítica. Assim sendo, elas foram escolhidas para esse trabalho porque possuem alguma capacidade explicativa para o tema do terrorismo. Isso se torna possível, porque suas análises não são estadocêntricas. Essas teorias permitem pensar criticamente a segurança internacional, a partir de uma lógica não-estatal-militar. Desse modo, as teorias escolhidas podem contribuir para o estudo do terrorismo no sentido de pensar o “terrorismo islâmico” como uma categoria construída socialmente e, portanto, construída a partir de uma visão ocidental e etnocêntrica do outro.

Com os ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos um grande número de pesquisadores passou a se debruçar sobre temas ligados ao terrorismo e ao islamismo. É nesse período também, que o artigo na *Foreign Policy* de Samuel Huntington chamado O Choque de Civilizações (1993) ganha grande destaque no meio acadêmico. Em síntese, Huntington divide o mundo em pelo menos oito civilizações⁴, algumas delas interligadas formando uma espécie de sub-civilização. Seu argumento central era que os futuros conflitos teriam como característica central aspectos culturais e religiosos. E é dentro desse cenário geopolítico do pós-Guerra Fria, que Huntington (1996, p.302) afirma que “The Islamic Resurgence and the economic dynamism of Asia demonstrate that other civilizations are alive and well and at least potentially threatening to the West. A major war involving the West and the core states of other civilizations is not inevitable, but it could happen”.

Após o 11 de setembro, a narrativa generalista sobre o muçulmano da mídia norte-americana, os discursos de George W. Bush declarando o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte como

³ Podem se encaixar como teorias pós-positivistas as teoria pós-modernas, as construtivistas críticas, as pós-coloniais e as feministas.

⁴ As oito civilizações são: a Sínica; a Japonesa; a Hindu; a Islâmica; a Ortodoxa; a Ocidental; a latino-americana; e a subsaariana.

o “Eixo do Mal”, inimigos da civilização ocidental e apoiadores do terrorismo, em conjunto com o discurso acadêmico de um novo “terrorismo islâmico”, contribuíram para a construção de uma ameaça aos Estados Unidos, legitimando, assim, a Doutrina Bush⁵. Porém, o objetivo desse artigo não é analisar esse discurso do terror após o 11 de setembro, apenas reconhecer a importância de narrativas na construção do outro ou de categorias como o “terrorismo islâmico”.

2. UM NOVO TERRORISMO RELIGIOSO?

Nessa sessão serão investigadas algumas definições de terrorismo e serão introduzidos os debates acerca do antigo terrorismo e o novo terrorismo do século XXI, buscando apresentar suas abordagens e diferenciações.

A definição de terrorismo é algo bastante controverso nos estudos do terrorismo, não havendo um consenso entre os pesquisadores. Existe várias definições do que é o terrorismo, seja elas feitas por acadêmicos ou definidas por órgãos dos Estados. Assim, pode-se verificar algumas características comuns a maioria das definições, como é a ideia do emprego da violência e o terror (Woloszyn 2010).

Para Hoffman (1998) o terrorismo é um processo inerentemente político e calculado, que através da publicidade gerada pela violência, buscam obter alavancagem, a influência e o poder de que carecem para efetivar mudanças políticas. Não muito distante desse raciocínio, Whittaker (2005) afirma que os terroristas buscam intimidar, coagir, para então, afetar comportamentos pela instilação do medo.

Na percepção de Crenshaw (1981) o terrorismo é um termo altamente simbólico e perceptivo, portanto, não existe uma definição neutra. A definição de uma atividade como terrorista pode estar relacionada com políticas para lidar com ela e com julgamentos morais. Desse modo, os conceitos de terrorismo seguem as políticas, tendo seus significados alterados para se adaptar a um novo contexto.

Assim como Crenshaw, Whittaker (2005) nota que o significado do termo tem mudado ao longo dos últimos duzentos anos. O terrorismo como uma forma de violência política não é um fenômeno novo ou atual. Verifica-se na literatura que um grupo de pessoas pertencentes a religião judaica Zealot chamados Sicarii, que lutavam contra o domínio do Império Romano sobre a Palestina nos anos 66-73a.c, conseguiram encadear uma série de revoltas com objetivos políticos. Todavia, o termo “terror” foi primeiramente empregado na modernidade em 1793 como uma política para proteger a recém-formada República Francesa contra os seus opositores⁶ (Spencer 2006, p.5-6).

⁵ A Doutrina Bush foram um conjunto de ações da política externa norte-americana sob o comando do ex-presidente George W. Bush. A Doutrina consistia, de modo unilateral, pregar uma Guerra ao Terror no Oriente Médio e posteriormente, realizando uma “guerra preventiva” contra o Iraque.

⁶ Esse episódio ficou conhecido como Período do Terror no qual os jacobinos, ao comando de Robespierre, se organizam para prender e julgar os opositores da Revolução Francesa. Milhares de pessoas foram condenadas a guilhotina nesse período.

Segundo Spencer (2006, p.6), por volta de meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, revolucionários anarquistas usaram bombardeios e assassinatos como arma para sua luta contra a autocracia e, portanto, eram denominados terroristas. Logo após a Segunda Guerra Mundial, o “terrorismo” passou a ter conotações revolucionárias sendo atribuído aos nacionalistas nativos e grupos anticoloniais da Ásia, África e Oriente Médio que praticavam revoltas violentas (Whittaker 2005). Embora seja discutível até que ponto o terrorismo contribuiu para a descolonização afro-asiática, Spencer (2006) afirma que esses grupos, em conjunto com vários outros fatores, influenciaram a retirada do poder colonial.

Muitos acadêmicos argumentam que o período do final da década de 1960 até meados da década de 1980 é marcado pelo terrorismo tradicional, que podem ser divididos em diferentes tipos. Contudo, o terrorismo continua estando dentro de um contexto revolucionário, seja de grupos de esquerda ou de direita. Porém, tal acepção passou a incluir os grupos separatistas étnico-nacionalistas (Spencer 2006; Whittaker 2005).

As atividades de violência desses terroristas tradicionais eram direcionadas, selecionando seus alvos com bastante cuidado. Geralmente, ataques de precisão eram lançados contra alvos simbólicos⁷ da autoridade a que se opunham. Além disso, esses grupos buscavam utilizar uma violência proporcional, não querendo utilizar violência excessiva, pois isso acarretaria em uma redução da legitimidade e teriam seus números de recrutas e financiamentos reduzidos (Spencer 2006).

Uma outra característica do terrorismo tradicional é que os grupos são associados a um Estado patrocinador ou apoiador. Em um contexto de Guerra Fria, esse era um método de baixo custo de atacar e gerar danos a outros países sem causar uma guerra direta e de grandes proporções. Porém, existem poucos dados verificáveis que provem uma conexão secreta entre os grupos e Estados (Spencer 2006).

Dessa forma, entende-se como terrorismo tradicional os grupos do final da década de 1960 até o final da década de 1980 e que são baseados em uma política e um objetivo preciso. É praticado por grupos estabelecidos como o ETA e o IRA, no qual são frutos de um conflito local e de uma guerra civil circunscrita a um país ou região. Geralmente recebem patrocínios de países e seus ataques são direcionados as instituições de um país amigo ou o próprio país, visando alvos humanos (sequestro de políticos, militares, empresários, magistrados). Esses grupos também praticam ataques suicidas, porém com um número reduzido de vítimas. Além disso, eles atuavam em bases territoriais limitadas e buscavam espalhar o medo e o terror para chamar a atenção da mídia (Woloszkyn 2010).

Por sua vez, é difícil apontar a data e o local preciso de quando o novo terrorismo começou. Apesar dos acontecimentos do 11 de setembro terem marcado um engajamento militar

⁷ Esses alvos simbólicos poderiam ser líderes políticos, funcionários do governo, membros da aristocracia, setor militar, setor bancário ou prédios do governo.

direcionado ao “inimigo muçulmano”, o desenvolvimento de um conjunto de ideias do novo terrorismo, como algo quantitativamente e qualitativamente diferentes do terrorismo tradicional, começou a surgir antes de 11 de setembro de 2001 (Burnett e Whyte 2005).

Durante a década de 1990, o desenvolvimento do novo terrorismo começou a aparecer na mídia, através de relatos jornalísticos, dando crédito intelectual a alguns acadêmicos. Esses acadêmicos defendiam que o novo terrorismo não respeitava áreas limitadas de combate, obtendo um alcance global, com um potencial de dano maior e ameaçando não apenas alguns Estados, mas toda uma concepção de democracia ocidental. (Burnett e Whyte 2005).

Para Spencer (2006, p.9) “Many supporters of the concept ‘new terrorism’ point to the prominence of religion, mainly radical Islam, as one of its main characteristics”, havendo um aumento do terrorismo ligado ao fanatismo religioso. Em contraponto a isso, o “terrorismo tradicional” era caracterizado por ser secular em suas orientações e inspirações.

Em síntese, segundo Woloszkyn (2010, p.25) descreve as principais características do novo terrorismo como:

Baseado em causas duvidosas e sem objetivos precisos; praticado por uma extensa rede de organizações terrestres; sequestra países para operar a partir deles; pratica ataques ousados e inesperados contra prédios e instalações civis e militares com elevado número de vítimas; objetiva atacar todo um sistema (globalizado, capitalismo financeiro, neoliberalismo); praticado por militantes fanáticos e grupos religiosos; é a expressão da fúria; visa alvos simbólicos (Pentágono, World Trade Center, embaixadas, navios e aviões, quartéis, plataformas de petróleo); atua indiscriminadamente em todo o mundo; produz espetáculos de horror para servir de conteúdo à mídia e a difundir a imagem do terror no mundo; apresenta-se ao mundo como prenúncio de uma guerra santa e um choque de civilizações.

Portanto, o novo terrorismo tenta produzir um maior número de mortos. De acordo com Spencer (2006) novos terroristas não estão preocupados ou interessados com algum tipo de negociação para obter um fim político, mas buscam destruir todo o sistema ocidental.

Por fim, uma das características centrais que marca o novo terrorismo é a possibilidade desses grupos adquirirem armas biológicas, químicas, radiológicas e nucleares de destruição em massa, decorrentes dessa motivação do uso extremo da violência (Spencer 2006; Burnett e Whyte 2005).

3. UM OLHAR CONSTRUTIVISTA SOBRE O NOVO TERRORISMO

No desenvolver dessa sessão será investigada a teoria construtivista crítica de Nicholas Onuf de forma bastante sintética, passando pelas suas principais premissas e críticas. Por fim, se buscará interligar essas teorias com o estudo do terrorismo tentando verificar quais foram as contribuições para o tema do “terrorismo islâmico”.

3.1. A Teoria Construtivista de Nicholas Onuff

O termo construtivismo foi primeiramente empregado na disciplina de Relações Internacionais por Nicholas Greenwood Onuf em seu livro *World of our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations* (1989). No início dos anos 1990, a teoria construtivista era pouco debatida, havendo apenas uma citação do livro de Onuf em um artigo da revista *International Studies Quarterly*, edição especial do ano 1990, editada por Rob J. Walker e Richard Ashley. Todavia, a partir da metade da década de 1990, o construtivismo passou a estar em um lugar de destaque no meio acadêmico, sendo debatido por várias mesas, artigos, tal como um grande número de acadêmicos se autoafirmando dessa forma (Nogueira e Messari 2005).

Porém, as teorias construtivistas não são teorias homogêneas. As teorias de Onuf e Kratochwil se diferenciam em vários aspectos da teoria de Alexander Wendt. Enquanto Wendt buscava construir uma teoria construtivista “moderada” ou um *Soft Constructivism* por meio do estabelecimento de uma ponte teórica entre os racionalistas e os reflexivistas⁸; a teoria de Onuf, por sua vez, é chamada por Palan de *hard constructivism*, porque Onuf apresenta uma abordagem mais crítica. Ele acredita que instituições e estruturas sociais não são mais do que artifícios feitos pelos homens e compreende o Estado e o Sistema Internacional em termos de práticas normativas construídas (Palan 2000). Além das pessoas fazerem a sociedade, as sociedades também fazem as pessoas, sendo um processo contínuo de mão dupla (Onuf 1998). Logo, a principal premissa compartilhada entre os construtivistas é a ideia de que o mundo em que vivemos não é algo dado, mas algo socialmente construído (Nogueira e Messari 2005).

A vertente de Onuf se encaixa dentro de uma perspectiva pós-positivista. Desse modo, o autor resgata pensamentos sociais para criticar as suposições das teorias tradicionais de Relações Internacionais. Além disso, o construtivismo de Onuf, também chamado de construtivismo crítico, segue a ideia de que indivíduos ou Estados são seres fundamentais sociais e não podem ser separados de um contexto de significado normativo que molda quem eles são e as suas possibilidades disponíveis (Fierke 2013).

Para Onuf (1998, p.58) o construtivismo é um modo de estudar qualquer tipo de relações sociais. Portanto, sua abordagem não se propõe a oferecer explicações gerais sobre o que as pessoas fazem, sobre o porquê as sociedades se diferem ou sobre como o mundo muda. Entretanto, busca-se teorizar, a partir de seu sistema de conceitos e preposições, sobre questões que parecem não estar relacionadas. Por isso, o construtivismo aplica-se a todos os campos da investigação social (Onuf 1998, p.58).

O construtivismo crítico de Onuf dá uma grande importância e centralidade a virada linguística. A questão da linguagem, formação da linguagem e cognição está no centro das abordagens construtivistas (Palan 2000). De acordo com Fierke (2013, p.194)

“Language is bound up in the world rather than a mirror of it. The language of a knight in chess cannot be separated from the material object; it is by this language that we distinguish the knight, and the rules applying to it, from a piece of wood. To refer to the knight as a piece of wood would be to detach it from the context in which it has meaning and a use.”

⁸ As teorias racionalistas e reflexivistas também podem ser entendidas segundo Lapid (1989) como positivistas e pós-positivistas. Para mais informações ver o artigo *International Institutions: Two Approaches* (1988) de Robert Keohane.

Seguindo essa linha de pensamento, Onuf (1998, p.59) aponta que “saying is doing: talking is undoubtedly the most important way that we go about making the world what it is”.

Além das pessoas e da sociedade, é acrescentado um terceiro elemento que liga os dois primeiros, que são as regras sociais⁹. Essas regras sociais tem a função de fazer o processo no qual as pessoas e as sociedades constituem uns aos outros, de forma contínua e recíproca (Onuf 1998). São as regras que apontam quem são os agentes, ou os participantes ativos da sociedade e o que eles devem fazer. Além disso, são as regras que permitem que outros agentes, individuais ou coletivos, ajam por si só, porém limitando-os. Desse modo, agentes nunca estão livres para agir sobre o mundo de todas as formas que desejarem pois existem as regras para impedi-los.

As regras dão os indivíduos escolhas, seja ela seguir as regras, não seguir as regras ou reformular as regras. Onuf (1998) afirma que as regras fazem os agentes e os agentes fazem as regras. Assim sendo, a única maneira de reformular ou reconstruir as regras é através dos atos de fala. É a partir dos atos de fala que surgem as regras.

Os atos de fala relacionam linguagem a ação. Em síntese, Onuf (1998, p.66) a define como: “The act of speaking in a form that gets someone else to act is commonly called a speech act”. Quando os falantes repetem frequentemente um determinado ato de fala com o mesmo efeito geral, os demais envolvidos começam a pensar que essa repetição se torna significativa. Nesse caso, os atos de fala repetidos reiteradamente se transformam em convenção e todos passam acreditar que as palavras são responsáveis pelo o que está acontecendo, e não o próprio orador.

A partir disso, o autor identifica três tipos de atos de fala: os assertivos, os diretivos, e os comissivos. Os atos de fala assertivos informam os agentes sobre o mundo – o modo como são as coisas, o modo como funciona; e quais consequências seguirão se desconsiderarem essa informação. Por sua vez, os atos de fala diretivos são reconhecidos como imperativos. Se o orador dizer que você deveria fazer algo, ele quer que você acredite que deveria fazê-lo. As regras, na forma desse ato de fala, são acentuadamente normativas, não deixando dúvida quanto ao que deve ser feito. E por último, atos de fala comissivos envolvem promessas. Nesse caso, o orador faz promessas que os ouvintes aceitam. As regras de compromisso são formadas quando os ouvintes e os oradores, respondem com promessas próprias, formando teias de promessas generalizadas e normativas. Esse tipo de regra é mais propenso a aceitação por parte dos agentes, pois os próprios agentes sabem que possuem um efeito de direitos e deveres em relação a outros agentes (Onuf 1998).

3.2. Contribuições Acerca do Terrorismo

⁹ Entende-se regras sociais como um termo amplo, no qual inclui as regras legais, mas não se limita apenas a elas. “A rule is a statement that tells people what we should do” (Onuf 1998, p.59). Desse modo, toda Sociedade tem regras para dizer aos agentes quais objetivos mais adequados para eles. Portanto, as regras têm capacidade de adequar comportamentos padrões em determinada sociedade.

A principal contribuição do construtivismo para o estudo crítico do terrorismo resulta da recusa de aceitar o “terrorismo” e o “terrorista” como categorias objetivas que existem no mundo (Heath-kelly 2016). A partir de uma perspectiva construtivista, o terrorismo é uma construção social, desse modo, um fato social produzido no discurso (Hulsse e Spencer 2008).

Essa corrente teórica também pode contribuir para questionar algumas abordagens teóricas propostas pelos estudos tradicionais do terrorismo, que aceitam a categoria “terrorista” ou a própria categoria de “terrorista islâmico” como um reflexo neutro da realidade, em vez de um produto social, não sendo uma verdade absoluta. Sendo assim, o terrorismo não é uma realidade objetiva, mas a aplicação de um rótulo e significados (Heath-kelly 2016).

A ênfase construtivista no discurso permite investigar a construção do termo terrorista. Alguns governos rotulam como terroristas seus adversários políticos, enquanto os adversários do governo frequentemente afirmam estar sendo vítimas do terrorismo do governo. Então, o que é chamado de terrorismo parece depender do ponto de vista de alguém (Jenkins 1980). Portanto, o que é chamado de terrorista é formulado a partir da perspectiva de quem fala, ou do orador. O termo “terrorista islâmico” também pode ser compreendido como um termo construído a partir dos atos de fala. Heath-Kelly (2016) parafraseia Wendt e afirma que “o terrorismo é o que os Estados fazem dele”; mas não apenas o Estado, podendo incluir também outros setores da sociedade como a academia e a mídia.

A relação entre palavra e ação também permite investigar a prática realizada pelos Estados Unidos na chamada Guerra ao Terror. Essas ações não seriam possíveis sem a construção discursiva do terrorismo como algo terrível sendo uma ameaça global, e particularmente aos Estados Unidos.

A corrente pós-colonial analisada na sessão seguinte também fornece contribuições importantes sobre a Guerra ao Terror. Essa guerra contra o terrorismo pode ser percebida como uma guerra para assegurar as identidades dos Estados ocidentais como justos e legítimos contra a ameaça do outro terrorista e bárbaro.

4. UM OLHAR PÓS-COLONIAL SOBRE O NOVO TERRORISMO

Aqui pretende-se compreender a teoria pós-colonial a luz das obras de Edward Said. Para tanto, será apresentado, em um primeiro momento as principais ideias dessa corrente teórica. Em sequência, assim como foi feito na sessão anterior, serão apontadas as contribuições e as críticas dessa teoria para se pensar o terrorismo.

4.1. A Teoria Pós-Colonial de Edward Said

Edward Wadie Said é um autor palestino, que viveu a maior parte de sua vida nos Estados Unidos e contribuiu com obras de extrema relevância para o estudo do mundo “oriental”. Said termina seu doutorado em 1964 em Harvard, lecionando em diversas universidades como a Universidade de Columbia, Harvard, Stanford e na John Hopkins. Seus trabalhos influenciaram

toda uma geração de acadêmicos, principalmente os indianos do *subaltern studies* e os estudos pós-coloniais.

Em sua linha de pensamento, Said segue uma tradição foucaultiana do discurso¹⁰. Para ele (2011, p.11) “o poder de narrar, ou impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos”.

O livro *Orientalismo* busca tratar sobre a concepção e tratamento ocidental do outro. Seu principal argumento é baseado na ideia de que o Oriente é construído pelo discurso do Ocidente através de seus desejos, para que então, o Oriente seja dirigido e possuído pelo Ocidente. Said afirma (2007, p.29) que o “Ocidente constrói o oriente o descrevendo e, depois, colonizando e governando-o, tendo como objetivo dominar, reestruturar e ter autoridade para sobre ele”.

Essa construção do “eles” pelo Ocidente data dos períodos coloniais do século XIX, onde as grandes potências europeias detinham 67% dos territórios do mundo em 1878, chegando a atingir 85% do globo em 1914, em forma de colônias, protetorados, dependências, domínios e *commonwealths* (Said 2011, p.40). Até o fim da Segunda Guerra Mundial, a França e a Inglaterra tinham o papel de dominar o Oriente. Logo após os Estados Unidos assumem o papel dessas duas potências.

O Oriente tem sido criado por acadêmicos, viajantes, poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas ocidentais e administradores imperiais e ocidentais. Essas construções do outro são feitas, em grande parte, através de generalizações e silenciamentos. É atribuída “rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente”, ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros” (Said 2007).

Portanto, é criado uma oposição binária entre o nós, europeus, brancos, civilizados, desenvolvidos, racionais, seculares, contra eles, nativos, bárbaros, subdesenvolvidos, irracionais, não seculares, religiosos fanáticos, terroristas¹¹, sendo essas atribuições construídas a partir de uma visão etnocêntrica do outro, subjugando-o a algo inferior. Sendo assim, a relação entre Ocidente e o Oriente é uma relação de poder e de dominação, que nesse caso, se expressam através do poder político (regime imperialista e colonial); do poder intelectual (ciências ocidentais dominantes); do poder cultural (gostos, textos e valores); e do poder moral (nós *versus* eles) (Said 2007).

O colonialismo que busca conquistar novos territórios e colônias acabou após os processos de descolonização, mas esse fato não colocou um fim as relações colonizador-colonizado. Atitudes

¹⁰ Para Foucault (2012) “o discurso é na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” e está vinculado ao desejo e ao poder.

¹¹ Para Whittaker (2005) o terrorismo é um termo pejorativo. É uma palavra com conotações intrinsecamente negativa que se aplica, em geral, aos inimigos e oponentes ou aqueles com os quais se discorda e que, de preferência, devem ser ignorados.

imperiais persistem na esfera cultural e em práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais (Said 2011). Logo, segundo o autor (2007), a colonização vai além da ocupação territorial, atingindo a esfera da língua, literatura, valores, pensamento entre outras.

Essas relações colonizador-colonizado¹² provocaram e ainda provocam uma postura defensiva, assim como combates retóricos e ideológicos e uma hostilidade entre as culturas ocidentais e orientais capazes de eclodir em crises e conflitos (Said 2011).

A colonização europeia em espaços de população majoritária muçulmana gerou incontestáveis estranhamentos e reações de ambas as partes. Em diversos momentos, o contato entre essas culturas expressou, por um lado, a admiração e aproximação, e por outro, a repulsa e a hostilidade, se materializando em diversas respostas pelo universo islâmico.

Na visão de John Esposito (1992), houve três tipos de reações ao ocidente. A primeira delas foi caracterizada pelo repelimento e o distanciamento, onde o Ocidente era considerado como o inimigo e um risco a comunidade muçulmana. A segunda foi adotada a laicização e a ocidentalização. E a terceira vertente foi o modernismo islâmico. Nesse último caso, os avanços tecnológicos e os valores políticos de igualdade e liberdade eram bem vistos, porém, a dominação colonialista era bastante criticada. Diante disso, os defensores dessa abordagem pregavam a adequação de instituições europeias a suas especificidades, sendo conduzidas por ideais islâmicos.

Fruto dessa primeira característica que buscava a preservação dessa extensa e diversa região comumente chamada de Mundo Muçulmano e que eram contrários a secularização e a ocidentalização cultural, grupos de resistência de dentro de várias camadas sociais começaram a surgir visando combater o domínio político, econômico e cultural ocidental. Um exemplo é a criação da Irmandade Muçulmana¹³ em 1928 no Egito e que tinha como proposta a revivência do Islã no Mundo muçulmano, através da reconstrução de uma *Ummah*¹⁴, fundamentada em valores islâmicos (Esposito 1992).

¹² As relações colonizador-colonizado são reproduzidas, contemporaneamente, nas relações Norte-Sul, metrópole-periferia, brancos-nativos, ocidentais-orientais (Said 2011). Na visão do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007, p.76) o “pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo sub-humano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial”.

¹³ A Irmandade Muçulmana foi fundada por Hassan *al-Banna*, *Sayyid Qutb* e *Jamaat-i-Islami* no Egito, durante um período de repressão e domínio inglês na região. A Irmandade começa sendo composta por artesãos, pequenos comerciantes, trabalhadores e estudantes. O movimento começa como um movimento social, todavia, em meados de 1940, o movimento passa a ter um caráter mais político. Nesse período, havia mais de 300 organizações que se fundavam em suas ideias e possuíam suas próprias empresas, fábricas, escolas, hospitais, além de se fazerem presentes em sindicatos e nas forças armadas. A Irmandade também influenciou a criação de outros movimentos políticos radicais em períodos históricos distintos, nos quais respondiam as necessidades de determinada sociedade em conjunturas diferentes (Esposito 1992).

¹⁴ O *Oxford Dictionary of Islam* define a *Ummah* como “Muslim community. A fundamental concept in Islam, expressing the essential unity and theoretical equality of Muslims from diverse cultural and geographical settings. In the Quran, designates people to whom God has sent a prophet or people who are objects of a divine plan of salvation.

A Irmandade Muçulmana pregava o anticolonialismo e defendia uma reforma do Egito e de todo o Mundo Muçulmano através de um discurso de reislamização¹⁵ ou de um resgate dos princípios da comunidade muçulmana. No entanto, a Irmandade não se resume apenas ao confronto ao colonialismo europeu, mas também se opunha ao modelo secular de nação empregado pelo nacionalismo árabe de Gamal Abdel Nasser no Egito. Desse modo, a Irmandade Muçulmana apresentava um caminho alternativo para a organização da sociedade e da construção de uma nação no Mundo Muçulmano, no qual era imaginada por essa organização a partir de uma tradição cultural islâmica, se diferenciando assim, do Estado Nação europeu e secular.

Os movimentos de independência em muitas partes do Mundo Muçulmano utilizaram símbolos islâmicos, slogans, partidos e atores para legitimar sua luta e mobilizar apoio popular. A título de exemplo, pode-se observar o papel de destaque dos *ulama*¹⁶ argelinos e das publicações islâmicas na denúncia da colonização francesa e na reafirmação na herança árabe-islâmica na Argélia. No subcontinente indiano, por sua vez, o nacionalismo muçulmano foi uma das razões para a partilha da região, gerando o Paquistão (Esposito 2010).

Com as independências políticas da maioria dos países de maioria muçulmana em meados do século XX, novos Estados muçulmanos modernos com forte influência do Ocidente. Para Esposito (2010, p.2):

few questioned the accepted wisdom that modernization meant the progressive Westernization and secularization of society. Modernization was imposed from above by governments and Westernized elites. European languages remained the second, and among modern elites, often the preferred language.

Países como a Arábia Saudita e Turquia foram construídos de formas distintas, principalmente no que tange a relação da religião com o Estado. Isto posto, a Arábia Saudita obteve sua independência como um estado islâmico autoproclamado, tornando o Alcorão a sua própria constituição. Em contraponto a esse ideal, a Turquia foi idealizada e fundada por Atatürk como uma república secular, substituindo o legado do Império Otomano, do Califado, do Sultanato, das leis islâmicas ou *Shariah*, das instituições e escolas islâmicas, por sistemas políticos, legais e educacionais de raízes europeias.

Esposito (2010) afirma que grande parte dos países muçulmanos optaram por um meio termo na construção da nação, onde consultores estrangeiros e elites com formação europeia, contribuíram com suas influências ocidentais nesse processo. Essa posição intermediária é caracterizada por Estados muçulmanos, mas que implementaram um sistema secular mais

¹⁵ Para Roy (2013, p.13) “the very rise of ‘Islamist movements’ in the mid-20th century (like the Muslim Brothers), who claimed that no existing Muslim country could be called an ‘Islamic state’, shows how the divide between religion and politics was acknowledged by the supporters of an Islamic state. Only a revolution could impose (and not restore) an Islamic state that had never existed, except (but even this is controversial) during the early period of the Islamic community. Islamic law, sharia, is not a closed legal code but is open to interpretation and adaptation by professional judges”.

¹⁶ O dicionário *Collins* define *Ulama* como: “1- a body of Muslim scholars or religious leaders; 2-a member of this body”.

moderado, buscando desenvolver o seu próprio caminho. Desse modo, Esposito (2010) cita exemplos como a Tunísia e o Irã, pois esses países aderem governos parlamentares, partidos políticos, economias capitalistas e socialistas e currículos educacionais modernos, seja americano ou europeu, como normas. No entanto, esses países consideravam utilizar as disposições islâmicas, bem como a necessidade de o governante ser muçulmano ou da *Shariah* ser reconhecida como outra fonte de lei.

Desse modo, quando a categoria de “terrorista islâmico” é construída, ela acaba ignorando e simplificando as complexidades sociais e políticas desse grande e diverso bloco intitulado Mundo Muçulmano. O contato com o Ocidente, seja de repulsão ou aproximação, durante o período de colonização formal gerou novas formas de se pensar esses espaços e que não devem ser ignorados.

Atualmente, as representações do mundo árabe são moldadas e manipuladas pelos meios de comunicação no Ocidente. As imagens dos árabes têm sido pintadas de maneira pejorativas, reducionistas e grosseiramente racistas. Os filmes de Hollywood, a mídia jornalística, os documentários, os programas de televisão os retratam como alguém desonesto, torturadores, traficantes de escravos, cameleiros, frouxos, xeiques ricos e terroristas, enquanto o herói é sempre o homem branco ocidental (Said 2011).

Além disso, os Estados Unidos continuam com seu papel imperial de construir o Oriente a partir de suas pesquisas acadêmicas, que se colocam como neutras. Said (2007x) destaca o *Middle East Studies Association*, alguns projetos de pesquisa que são financiados pelo Departamento de Defesa, pelo Instituto Hudson e por companhias multinacionais, como ferramentas dessa construção do Oriente pelo Ocidente.

Por fim, o pós-colonialismo se propõe a contribuir com reflexões críticas para se pensar fora de uma história ocidental e das categorias eurocêntricas e etnocêntricas.

4.2. Contribuições Acerca do Terrorismo

Com os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono em 2001, o “terrorismo islâmico” colocou o islã para dentro de todos os debates. Os estudos sobre o terrorismo após esse acontecimento passaram a reavaliar o papel da religião na sociedade contemporânea, assim como, a apontar o fundamentalismo religioso islâmico como uma das origens do terror (Ravi 2011; Vakil 2004).

Nesse sentido, o pós-colonialismo apresenta um suporte teórico para pensar o próprio islã dentro desse contexto pós 11 de setembro, onde o muçulmano é visto como terrorista e um fundamentalista¹⁷ religioso. Desse modo, os muçulmanos passaram por um processo de

¹⁷ O fundamentalismo islâmico são as pessoas que aceitam o Alcorão como a palavra literal de Deus e o caminho trilhado (Suna) do profeta Maomé como modelo de vida. Entretanto, o termo é considerado

generalização e homogeneização, sendo criadas identidades coletivas para grupos de pessoas que são diferentes e que apresentam suas especificidades.

Portanto, foram negados aos muçulmanos, o reconhecimento de sua racionalidade e pluralidade de suas mobilizações políticas islamistas, recebendo rótulos de “fundamentalistas” e “terroristas”. De acordo com Vakil (2004, p.35) “O maniqueísmo impera. Nos termos da dicotomia, acasalam-se as assimetrias: do Ocidente e do Islão; da modernidade e do arcaísmo; da razão e do fanatismo e irracionalidade; do secularismo e da teocracia; da democracia e do islamismo; da liberdade e do terrorismo”.

A imagem do terrorista vem sendo desenhadas através do discurso dos acadêmicos, pela mídia e filmes ocidentais como sendo sempre o outro, nesse caso, o muçulmano. Essa construção do outro vem sempre com a ideia de dominação seja ela política, cultural ou moral. Nesse caso, o Ocidente conseguiu definir através de suas ferramentas colonizadoras quem são os terroristas e, com isso, atribuiu ao Ocidente civilizado a tarefa de combater esses sub-humanos fanáticos.

Uma outra contribuição que o pós-colonialismo fornece, são pensamentos que permitem incluir a visão dos subalternos na história do terrorismo, que por sua vez, representa um olhar ocidental. Para Boehmer e Morton (2010) os estudos anteriores sobre o terror não levam em conta as formas coloniais e terroristas do imperialismo moderno. Desse modo, pode-se pensar o terrorismo de Estado produzido por impérios modernos no Oriente, como é o caso, segundo Chomsky (1988), das ações norte-americanas pelo mundo.

Por fim, a teoria apresentada critica a ideia de “terrorismo islâmico” criado por um discurso “oficial”, que são reforçados pela mídia e pela academia sobre um novo terrorismo marcado pela religião, pela masculinidade e pelos árabes. Para Ravi (2011) categoria terrorista é moldada por diversos eixos, como gênero, raça, sexualidade, religião e orientações políticas. Ou seja, a construção da categoria pós-colonial do terrorista deve levar em consideração outros eixos além do aspecto religioso.

5. CONCLUSÃO

Após os atentados do 11 de setembro nos Estados Unidos, os países intensificaram a suas articulações em conjunto para combater o terrorismo. Até então, nunca tinha sido presenciado um ataque de tamanha proporção. Além disso, nos últimos 20 anos a incidência de ataques terroristas mais do que dobrou no mundo (Whittaker 2005).

Logo após os ataques em 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou o seu Comitê Antiterrorismo, com objetivo de monitorar a implementação das resoluções 1373 de 2001

popularmente como pessoas literalistas e que buscam retornar e replicar o passado. Segundo Esposito (1992) o termo fundamentalista está carregado de pressupostos cristãos e estereótipos ocidentais e que são implicados a ameaças. Portanto, o autor prefere utilizar o termo “ativismo islâmico”, pois são menos carregados de valor e apresentam raízes na tradição islâmica.

e a 1624 de 2005. Em junho de 2017, foi criado pela Assembleia Geral o Escritório de Contraterrorismo das Nações Unidas, buscando centralizar os esforços de antiterrorismo da Organização das Nações Unidas em um único escritório e sob a Estratégia Global de Contraterrorismo, que foi estabelecida em 2006. (Onu Brasil 2018).

Portanto, é de grande importância que os acadêmicos desenvolvam pesquisas sobre o tema do terrorismo buscando contribuir para o desenvolvimento de políticas de combate ao terrorismo, porém, deve-se pensar também esse fenômeno a partir de uma perspectiva crítica, não se limitando aos discursos estatais e hegemônicos derivados de muitas teorias do *mainstream*. A interlocução com diversas áreas de conhecimento como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a própria Relações Internacionais e Ciência Política é de grande importância para o enriquecimento das análises acerca do terrorismo. O terrorismo está englobado por questões bastante complexas que seriam impossíveis ser analisadas olhando apenas através de uma lente de análise. Com isso, essas duas teorias contribuem para dialogar com outros saberes.

Conclui-se que as teorias analisadas podem fornecer frutíferos *insights* para as teorias do terrorismo. A atenção dada pelas duas teorias ao discurso, possibilitou pensar a categoria do “terrorismo islâmico” como algo construído socialmente pelo discurso e através do interesse do Ocidente, não sendo uma categoria neutra. Parafraseando Robert Cox (1981, p.130), “Theory is always for someone, and for some purpose”.

O movimento acadêmico *Critical Terrorism Studies*, que surgiu a mais de 15 anos atrás, também vem contribuindo de forma positiva na construção do pensamento crítico dos estudos do então chamado “terrorismo internacional”. O movimento vem desenvolvendo uma série de publicações como a revista *Critical Studies on Terrorism*, os livros publicados pela *Routledge*, e a criação do *Critical Studies on Terrorism Working Group* dentro do contexto da *British International Studies Association*.

Por fim, é crível afirmar que a ideia de um novo terrorismo do século XXI não é um consenso entre os estudiosos do terrorismo, havendo diversas discordâncias e críticas relacionadas a essa categoria. Entretanto, este artigo se limita as críticas e contribuições das teorias apresentadas. Desse modo, o debate entre o tradicional e o novo terrorismo motivaria outras possíveis investigações em um futuro trabalho, de modo mais denso e profundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boehmer, E, Morton, S. (2010) *Terror and the Postcolonial: A concise Companion*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.

Buzan, B., Hansen, L. (2009) *Evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University.

Burnett, J, Whytte, D. (2005) Embedded Expertise and the New Terrorism. *Journal for Crime, Conflict and the Media*, 1, (4), pp.1-18.

Collins Dictionary (2019). Ulama. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/ulama> [Acesso em: 05 de dez. 2019]

Chomsky, N. (1988). *The Culture of Terrorism*. London: Pluto Press.

Cox, R. (1981) Social Forces, States and World Order: Beyond International Relations Theory. *Millennium*, 10, (2), pp.126-155.

Crenshaw, M. (1981) The causes of terrorism. *Comparative Politics*, 13, (4), pp.379-399.

Esposito, J. (1992) *The Islamic Threat: Myth or Reality*. Oxford University Press: Oxford, 1992.

_____. (2010). *Rethinking Islam and Secularism* (ARDA Guiding Paper Series). State College, PA: The Association of Religion Data Archives at the Pennsylvania State University. Disponível em: <http://www.thearda.com/rrh/papers/guidingpapers/Esposito.pdf> [Acesso em: 05 de dez. 2019]

Fierke, K. (2013) Constructivism in Dunne, T., Kurki, M., Smith, S. *International Relations Theory: Discipline and Diversity*. United Kingdom: Oxford University Press, pp.187-204.

Foucault, M. (2012) *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.

Hoffman, B. (1998) *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press.

Hulsse, R., Spencer, A. (2008) The Metaphor of Terror: Terrorism Studies and the Constructivism Turn. *Security Dialogue*, 39, (6), pp.571-592.

Huntington, S. (1996) *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, New York: Simon & Schuster.

Heath-kelly, C. (2016) Post-Structuralism and Constructivism in Jackson, R. *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*. London and New York: Routledge, pp.136-159.

Jenkins, B. (1980) The Study of Terrorismo: Definitional Problems. *Rand Corporation: The Rand Paper Series*, pp.1-10.

Keohane, R. (1988) International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*, 32, (4), pp.379-396.

Lapid, Y. (1989) The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, 33, pp.235-254.

Nogueira, J., Messari, N. (2005) *Teoria das Relações Internacionais*: correntes e debates. 15. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Onu Brasil. (2018) A ONU e o terrorismo, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>. [Acesso em: 10 de jan. 2019]

Onuf, N. (1989) *World of our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

_____. (1998) Constructivism: A User's Manual in Kubálová, V., Onuf, N., Kowert, P. *International Relations in a Constructed World*. New York and London: M.E. Sharpe Armonk, pp.58-77.

The Oxford Dictionary of Islam (2019). Ummah. Disponível em: <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2427> [Acesso em: 05 de dez. 2019]

Palan, R. (2000) A World of Their Making: an evolution of the constructivist critique n International Relations. *Review of International Studies*, 26, pp.575-598.

Ravi, S. (2011) Enganging the Postcolonial: Terrorism, Tourism, and Literary Cosmopolitanism in the Twenty-First Century. *International Journal of Canadian Studies*, 44, pp.215-227.

Roy, O. (2013) Secularism and Islam: The Theological Predicament. *The international Spectator*, 48, (1), pp.5-19.

Said, E. (2011) *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2007) *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos. B. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais e uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos*, (79), pp.71-94

Spencer, A. (2006) Questioning the Concepts of "New Terrorism". *Peace Conflict & Development*, (8), pp.2-33.

Vakil, A. (2004) Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp.17-52.

Whittaker, D. (2005) *Terrorismo: um retrato*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Woloszyn, A. (2010) *Terrorismo Global*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.